

CONTRATO DE TRABALHO

CONSUN VAI CONTINUAR NESTA SEMANA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA

Texto deve incorporar maximização aos contratos

Prosseguiu na quarta-feira, 23/11, a votação dos destaques à proposta da Comissão do Conselho Universitário (Consun) que estuda o contrato de trabalho docente. A tendência dos conselheiros foi rechaçar as objeções que foram levantadas e manter o texto da Comissão.

Alguns integrantes da reitoria apresentaram sugestões e críticas, como o pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, que, entre outros questionamentos, estranhou que não fossem contemplados na proposta número de alunos por sala de aula, número de disciplinas e números de programas lecionados (o que se constituiu em um grande diferencial da deliberação 65/78). A Comissão ressaltou que seguiu uma normatização única e que, eventuais diferenças deveriam ser contempladas nos planos acadêmicos de cada unidade.

A pró-reitora de Extensão, Haydee Roverati, perguntou se a comissão havia estudado as possíveis consequências trabalhistas e legais do texto. Os professores da Comissão informaram que a assessoria jurídica da reitoria emitiu um

parecer no qual declara não haver nenhuma irregularidade legal no processo. Porém, a professora Neide Nófis, da Faculdade de Educação, lembrou que uma consequência indireta da aplicação da proposta poderia ser a demissão de professores nos cursos de baixa procura.

O pró-reitor de Pós-Graduação, André Ramos Tavares, também levantou a questão do chamado professor colaborador, do setor de pós

graduação que não se enquadrava nas normas contratuais definidas pela Comissão.

Os conselheiros decidiram que a comissão não fecharia as portas para o caso que poderá ser contemplado nas chamadas particularidades.

Também apresentaram suas contribuições as representantes de Sorocaba que, entre outras reivindicações, gostariam que a tabela de horas/atividade fosse dife-

renciada por categoria, o que a Comissão achou impossível de ser feito, pois demandaria outra proposta.

Ainda faltavam os questionamentos quando a reunião se encerrou. Nesta quarta-feira acontece a reunião ordinária do Consun, na qual se espera que o assunto seja colocado em pauta e finalizado. Depois disso o texto será enviado à reitoria para encaminhamento ao Conselho de Administração (Consad).

Ato contra Genocídio do Povo Guarani Kaiowá

Dia 29 de novembro
Local: Pátio da Cruz da Puc
Horário: 19:00 hs
São Paulo



Apóio para a realização: APROPUC-SP, CRP-SP, Luta Popular, UNEafro, Intersindical, CSP-Conlutas, Tribunal Popular, CRESS-SP, MTST, ENECOS, Revista Debate Socialista, ENESSO, Círculo Palmarino, Coletivo 28 de Junho, Rádio da Juventude, Comitê de Lutas da Baixada, Sarau do Fundão, Sarau do Binho, Comitê Pró-Haiti, Barricadas Abrem Caminhos, CFP-Conselho Federal de Psicologia, MNU, Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, CIMI, Museu da Cultura, Depto. de Antropologia da PUC-SP, Pastoral Indigenista, ONG Verde-América, CAVE, Centro de Estudantes de Santos e Baixada Santista, SindSaúde, Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Região, Sindicato dos Bancários da Baixada Santista, Sindicato dos Servidores Municipais de Santos, SINSPREV-Baixada, Setorial Nacional de Direitos Humanos do PSOL, Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte, Movimento Indígena Revolucionário, Centros Acadêmicos da PUC-SP, Núcleo de Estudo do Meio Ambiente e Populações Tradicionais.

EDITORIAL

Responsabilidade governamental sobre o desastre ambiental

Dois acontecimentos distintos, mas interligados, nos chamaram a atenção na semana passada: a aprovação do novo Código Florestal e o vazamento de petróleo na Bacia de Campos. Já fizemos a crítica e rechaçamos a ofensiva dos latifundiários e do agronegócio às leis que disciplinavam o desmatamento e que protegiam os mananciais. Em uma aliança vergonhosa do governo petista com a oposição peessedebista, livraram-se os desmatadores de seus crimes ambientais e deram-lhes mais liberdade para continuar as atividades exploratórias. Essa unidade burguesa em torno da reforma do Código expressa o avanço da forma anárquica e desenfreada da economia capitalista. O movimento social não foi capaz de se contrapor. Grande parte dos sindicatos é controlada por direções que se integraram ao Estado e à política governamental. E mesmo correntes que se dizem de esquerda se mostraram coniventes ou inconsequentes.

Agora, vimos a imagem de um grande lago de óleo pairando sobre uma área das águas marítimas da Bacia de Campos. A empresa Chevron afirma que já a limpou e que tudo está sob controle. Com isso, pretende tranquilizar as pessoas: enfim, o desastre foi evitado. Assim que o petróleo se tornou visível na superfície e a Chevron não mais pôde ocultar o vazamento de um de seus poços no Campo de Frade, os noticiários alardearam uma multa de R\$ 50 milhões, depois se propagandou que poderia chegar a R\$ 150 milhões. Os tais dos especialistas - é o que não falta para dar credibilidade aos jogos de interesse econômico - se alvorçaram em torno de que o Brasil não tem um plano de segurança, não está preparado para responder aos desafios do pré-sal etc.

O governo ficou chateado com a multinacional que ocultou o fato por alguns dias - o que é

muito no caso de risco de catástrofe. Ocorre que a Chevron opera na região do pré-sal, mas tem autorização de explorar apenas a camada pós-sal. Desconfia-se que tenha violando a concessão. A Agência Nacional de Petróleo, com apoio do ministro da Energia, assim, achou por bem suspender as operações da Chevron apenas no poço afetado. E a proibiu de participar de novas concessões até que resolva o problema de segurança.

Segundo o noticiário, "o encontro de Moshiri com Lobão não foi amigável". O primeiro é o presidente da Chevron para a África e América Latina, e o segundo todo mundo sabe que é o ministro das Energias. Informou-se que o homem reclamou da ANP por não tratar com cuidado a imagem de uma grande empresa como a Chevron. Com o anúncio de que o perigo foi debelado e os prejuízos ambientais e econômicos não foram grandes, a multinacional contestou a medida de suspensão e a denúncia de que havia omitido informações.

As fontes naturais de riqueza e sua exploração deveriam ser de segurança nacional. Não é o que ocorre no Brasil. Iniciada a privatização da Petrobrás por Fernando H. Cardoso, o processo avançou com Lula e continua a avançar com Dilma. A nova Lei de Concessões criada pela descoberta do pré-sal garante a livre exploração multinacional. As petrolíferas vão em busca do lucro a qualquer custo. Essa lei econômica impede que a segurança esteja à frente. Os riscos de prospecção em águas profundas são conhecidos. A recente experiência no Golfo do México é exemplar. Essa é uma das grandes razões por que o petróleo deve ser inteiramente nacionalizado e colocado sob o controle da sociedade.

Diretoria da APROPUC



MARINA D'AQUINO

Estudante vítima de racismo na PUC-SP denuncia o caso durante ato na Prainha.

Estudantes realizam ato contra o racismo na PUC-SP

Após o caso de racismo sofrido por um estudante de Serviço Social da PUC-SP, discentes do curso de Serviço Social junto à APROPUC realizaram um ato na quarta-feira, 23/11, na Prainha, para denunciar o ocorrido.

A diretora da APROPUC, Bia Abramides, iniciou o ato lembrando a precarização da PUC-SP, os contratos maximizados e a necessidade dos 10% do PIB para educação pública, e como por todo país a opressão está presente, seja contra lutadores quilombolas, no extermínio da juventude negra, ou nos casos de racismo.

Diversos militantes e organizações presentes também fizeram uso da palavra, como Douglas Belchior, da UNEafro, que enfatizou o quanto negativo é ter que vir à PUC-SP sempre para falar de assuntos como racismo e repressão, e como é necessário para as elites que o racismo predomine para que possam sustentar a opressão e dominação.

O militante da Rede de Proteção e do Tribunal Popular, Givanildo Manoel, enfatizou o agravamento do pensamento conservador no Brasil e da intolerância, e a necessidade dos movimentos sociais darem respostas a isso.

O estudante de Serviço Social que sofreu o racismo, por ser negro e pobre e estar numa universidade elitista, também deu seu depoimento e lembrou que junto a outros estudantes foi conversar com o reitor Dirceu de Mello, que apresentou como única solução para seu caso seu pedido de desculpas. Após as falas, os manifestantes saíram pela universidade em ato para denunciar o caráter opressor, racista, machista e homofóbico da PUC-SP. Também manifestaram o seu protesto o professor Marco José Duarte, diretor da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Claudia Mônica dos Santos, presidente da ABEPSS Nacional e o professor Edson Passetti da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Fazendeiros do Mato Grosso do Sul assassinam lideranças indígenas

Na quinta-feira, 17/11, cerca de 40 milicianos, armados pelos latifundiários no Mato Grosso do Sul, invadiram acampamentos indígenas em várias localidades do estado, assassinando a tiros o líder indígena Nísio Gomes, além de desaparecer com sua esposa, seis crianças e três adolescentes, que até o presente momento não foram localizados.

Os conflitos em Amambaí recrudesceram quando os indígenas, cansados de esperar pela demarcação de suas terras, ocuparam as fazendas que o agronegócio vem usurpando das tribos indígenas. A reação dos latifundiários não se fez esperar e partiram para a truculência habitual.

A região dos conflitos no MS pertence à etnia Guarani Kaiowá, segunda nação indígena do país. Constitucionalmente, desde 1988, os indígenas têm direito àquelas terras, porém, até hoje, somente 1% desta área foi demarcada.

Os fazendeiros, sob as vistas dos diversos governos federais e estaduais, vêm invadindo estas terras e desmatando de forma absurda, causando enorme prejuízo à biodiversidade local. Pior do que isto, nos últimos oito anos foram contabilizados cerca de 250 assassinatos de lideranças que se opõem a esta situação.

PROFESSORES ASSASSINADOS

Outro dado chocante refere-se aos assassinatos indiscriminados de pro-

fessores: de 2009 para cá 13 professores indígenas foram barbaramente assassinados. Trata-se de uma perseguição poucas vezes vista neste país, na qual latifundiários exterminam aqueles que hoje são responsáveis pela transmissão de conhecimentos e fundamentalmente pela conscientização de resistência das futuras gerações indígenas.

Da mesma forma foram mortos os líderes Marçal de Souza, em 1983, por ter denunciado os desvios da Funai e Marcos Veron, em 2003, por participar da retomada das terras Guarani Kaiowá.

E tudo isto acontece sob as vistas complacentes do governo federal que, no auge do conflito da semana retrasada, tinha apenas um contingente de três homens para combater os milicianos armados pelo agronegócio.

Na semana passada

Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, divulgou nota onde repudia a morte do cacique Nísio Gomes, e reafirma a proteção às lideranças indígenas.

Porém, fica claro para a população indígena que o problema não será resolvido enquanto as autoridades não demarcarem as áreas indígenas, proporcionando a eles condições dignas de vida e trabalho, dentro das terras que, por direito, lhes pertencem.

REDE DE PROTEÇÃO

A Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte denunciou o massacre ao Ministério da Justiça que enviou tropas ao local. A APROPUC também divulgou nota de repúdio, que divulgamos nesta edição. A Organização das Nações Unidas também foi notificada do massacre e prometeu monitorar a área

para que novos crimes não ocorram.

A APROPUC, juntamente com uma série de entidades estará realizando na terça-feira, 29/11, um ato no Pátio da Cruz contra o genocídio do povo Guarani-Kaiowá. O ato contará com a presença das lideranças indígenas ameaçadas de morte pelos latifundiários. Os estudantes Guarani e Kaiowá da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), dos cursos de Ciências Sociais e História e moradores da aldeia de Amambaí lançaram uma carta de protesto denunciando a situação em Mato Grosso do Sul, para eles "O MS é um dos últimos estados do Brasil mas é o primeiro em violência contra os povos indígenas. É o estado que mais mata a população indígena. Parece que o nazismo está presente aqui. Parece que o Mato Grosso do Sul se tornou um campo de fuzilamento dos povos indígenas", afirmou.

Moção de repúdio da APROPUC

A APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP - declara a sua solidariedade ao acampamento indígena Tekoha Guai-viry, no Mato Grosso do Sul, que foi alvo de um atentado no último dia 18/11, quando a população foi atacada por jagunços fortemente armados, ferindo várias pessoas e matando o cacique Nísio Gomes. Trata-se de um crime anunciado, pois os conflitos pela posse de terra na região

ocorrem há décadas, influenciados pela especulação imobiliária e o agronegócio, que expulsam as populações que resistem há séculos de genocídio praticados pela elite econômica do Brasil. Nas últimas décadas vários indígenas foram vítimas de violência para serem expulsos de suas terras. Não queremos que a morte de Nísio Gomes, assim como foi a de Marcos Veron e de tantas outras lideranças indígenas, seja esquecida e que a impu-

nidade de seus agressores seja perpetuada. A APROPUC vem se somar aos movimentos sociais que exigem que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e a União garantam a posse de terra para seus verdadeiros donos: a população indígena. É preciso garantir a segurança e punir criminalmente todos os responsáveis por esse e outros crimes envolvendo ameaças, agressões e assassinatos.

Diretoria da APROPUC

Rede de Proteção anuncia que militante ameaçada já está em local seguro

A Rede de Proteção a Militantes Ameaçados de Morte se reuniu na última quarta-feira, 23/11 onde foram apresentados diversos relatos sobre a situação dos indígenas ameaçados no Mato Grosso do Sul e também sobre a militante de Minas Gerais que precisou ser realocada.

Na reunião estavam presentes representantes da APROPUC, CRESS-SP, Intersindical, Tribunal Popular, Comitê em Defesa do Haiti, MTST, Movimento Indígena Revolucionário e PSOL.

AMEAÇAS A MILITANTE

Conforme noticiado na edição anterior, a militante de Minas Gerais estava sofrendo ameaças e atentados constantes, e teve que deixar o local onde estava. O jornal *PUCViva* conseguiu conversar por telefone com a militante que explicou sua situação. Sua luta era contra mineradoras e latifundiários da região em que vivia e pelas comunidades quilombolas, e por isso chegou a perder 90% da visão e ter sua arcada dentária comprometida ao ser atropelada em um atentado. A militante encontra-se em local seguro e tem recebido auxílio da Rede.

Para ampliar o debate sobre a situação dos indígenas no Mato Grosso do Sul, a Rede em parceria com outras entidades e organizações, realizará na terça-feira, 29/11, às 19h, um ato, no Pátio da Cruz, contra o genocídio do povo Guarani-Kaiowá, com indígenas presentes.

Na próxima semana a diretoria da APROPUC se reunirá com o reitor Dirceu de Mello para definir como a reitoria e os conselhos da

universidade auxiliarão nessa luta. Durante o fechamento dessa edição, integrantes da Rede estavam conversando com o Padre

Beozzo, um dos organizadores do curso de verão da PUC-SP, solicitando a solidariedade da Igreja a esta causa.

Militante denuncia que Pará está em "guerra civil"

"O Pará esta vivendo uma verdadeira guerra civil", afirmou Ligia Fernandes, estudante do curso de Serviço Social da PUC-SP. A forte declaração demonstra com muita clareza a situação do Pará e de diversos outros estados da região norte do país. Milhares de militantes ameaçados, centenas de mortos, em nome de um projeto de desenvolvimento que destrói o meio ambiente.

Ligia, que é natural do Pará e recentemente esteve no estado, revela que a região está sendo loteada pelos grandes produtores de soja, grandes extrativistas de madeira e pelas mineradoras, que extraem ouro, ferro, bauxita, entre outros minérios.

"Em nome desse projeto comunidades indígenas inteiras, famílias de pequenos fazendeiros estão sendo dizimadas, e expulsas de suas terras. Quem segue contra esse modelo de desenvolvimento acaba morto, com a conivência do Estado", afirmou.

Diversos megaprojetos estão sendo tocados na região. De acordo com estudo do jornal *Folha de S.Paulo*, a região receberá

cerca de R\$ 212 bilhões em investimentos até 2020. "(A Usina) de Belo Monte é uma gota no oceano, e é parte de um processo de desenvolvimento que inclui (a usina) de Tapajós, estradas de trem para facilitar a exportação de soja e minérios, e a construção de portos. Tudo isso sem contrapartida nenhuma para a população local", afirmou Ligia.

PROJETO DE EXPORTAÇÃO

A escolha do governo federal em incentivar esse tipo de crescimento demonstra e intensifica um processo de reprimarização da economia brasileira que incentiva a produção de bens primários, como soja, minério e petróleo, em detrimento da produção de bens com maior valor agregado.

"O projeto para a região norte é transformá-la numa área de produção de produtos primários para a exportação. Não sobra terra para a população ribeirinha, comunidades indígenas e pequenos produtores rurais", afirmou. "Em nome desse projeto, o Brasil se relaciona com o Pará como se fosse outro Estado e, justamente por isso,

o Pará vive um verdadeiro estado de exceção", completou a estudante.

Para ela, há uma intervenção do governo federal no estado, quebrando um dos princípios do pacto federativo. "Está em curso hoje uma verdadeira intervenção do governo federal no Pará. O Tribunal de Contas do estado, e diversos outros órgãos locais, deram 16 pareceres contra Belo Monte, e todas eles foram barrados pelos tribunais superiores, que são nomeados pelo governo federal", denuncia.

Além do Pará, Ligia citou os estados do Amapá, Rondônia, Acre, Maranhão, e Mato Grosso do Sul onde esse projeto está sendo implantado. "A região norte está sendo loteada de acordo com os interesses das grandes transnacionais", afirmou.

Um dos exemplos disso é a atuação da mineradora Vale, que possui um porto, e uma estrada de ferro próprio no Maranhão. Outro exemplo é a concessão da BR 163 para o governo chinês. "A China quer ser parte do processo de exploração da região norte do país, não quer ficar somente na ponta compradora de soja e minério do Brasil", concluiu.

FALA COMUNIDADE

Sobre a USP, São Paulo e os caminhos que vejo se desenrolar

Ana Kelson

Muitas das pessoas, ao lerem notícias e coberturas dos mais diversos temas em jornais e revistas, esquecem de observar e analisar um ponto determinante: a posição política e ideológica do jornal, seu posicionamento e, mais além, como tal jornal se relaciona com os fatos. Não é muito difícil descobrir os posicionamentos e linhagens ideológicas dos grandes meios de informação. Basta abrir o jornal e ler um pouco de seu editorial, do que ele assina enquanto tal, do que defende. Caso esclarecedor é o editor do Estado de São Paulo posicionando-se a favor da eleição do então candidato a presidência José Serra no ano passado.

Acabei de chegar em casa (09/11) e abrir o Estado e, apesar de cansada das polêmicas e discussões em torno da USP, abri direto o caderno metrópole, lendo as notícias do dia, no qual é abordado a USP como detenção de estudantes, pichações, coquetel molotov, etc. E embaixo, na página C4 do mesmo jornal, duas notinhas: uma sobre Haddad, que afirma a USP não ser uma cracolândia e, portanto, não devendo ser tratada como tal e outra sobre o governador Geraldo Alckmin, que afirma a necessidade dos estudantes de terem aulas de democracia e elogiando a atuação da PM. Logo após isso, vol-

to-me as primeiras páginas do jornal, onde se encontram os artigos do dia e o editorial, e surpreendo-me (ou não) com a praticamente única temática abordada. Todos envolvem, direta ou indiretamente, o conflito na USP, fazendo uso político deste (vale dizer, manipulando-o) - em um editorial que o jornal parece se dotar de inspiração para dar lições do que entende por democracia, em seus termos: controle, limites (limitações, limítrofes, e criminalidade para quem extrapola), "ordem e progresso". E no final da nota em que critica os "arruaceiros", cita Haddad e sua "declaração das mais infelizes" (sic). Curiosa coincidência com a abordagem no caderno metrópole, ou linha editorial pré-definida? Viva Alckmin e o elogio da PM, a polícia militar, nossa grande herança da ditadura!

Os artigos do Estadão, na página A2, são escritos por José Neumann ("A revolução dos 'bichos grilos' mimados da USP") e pelo nosso "queridíssimo" prefeito Gilberto Kassab, com "Os limites necessários". Deixo aqui o título para quem quiser encontrá-lo no Google, uma ótima chance de, para qualquer pessoa com um olhar um pouco mais crítico, após ler o artigo, falar em alto e bom tom "Fora Kassab!". Ali, o prefeito relaciona os conflitos com os camelôs, os protestos na USP e a "invasão" (ocupação) de prédios abandonados do

centro e da Zona Leste da cidade. O que importa ao prefeito é a simples relação dialógica legalidade/ilegalidade e a burocratização e normalização como saída para a cidade em ordem, o que parece ser o grande lema do prefeito. Cita o que considera lutas por "soluções" buscadas pela prefeitura da cidade quanto a habitação, como o programa Nova Luz e projetos de urbanização de favela, esquecendo-se de outras informações como a expulsão dos pobres e valorização financeira e imobiliária do centro da cidade com a Nova Luz, além do corte de verbas que a prefeitura carinhosamente empreenderá em 2012, com corte de quase 50% para regiões periféricas como M'Boi Mirim e Campo Limpo em contraposição ao largo aumento de verbas para regiões e áreas nobres da cidade. Trocarão a calçada da Faria Lima, mas o distrito de Jardim São Luís e Jardim Ângela perderão 46% da verba. Viva Kassab! Finalizando o artigo com uma aula de democracia, o prefeito nos ensina sobre a ditadura da maioria exercida por uma minoria. A ditadura da maioria, eleita nas urnas, exercida pela minoria, a gestão DEMO- PSDB.

O editorial do Estado, prezando o olhar criminalizador do movimento estudantil e criticando Haddad na nota "A desocupação da Reitoria", segue abaixo com outra nota-editorial "O avanço do cra-

ck", aonde defende o combate efetivo do crack e os efeitos devastadores do uso da droga. Talvez a política que falte para o combate da cracolândia seja exatamente a que deva ser usada contra os baderneiros da USP. Afinal, como já dizia Reinaldo Azevedo, o pensamento de esquerda e o tráfico de drogas tem tudo a ver.

É necessário abrir os olhos, se elucidar e talvez estudar um pouco, entender melhor questões como as linhagens ideológicas dos grandes jornais e o uso político dos acontecimentos em detrimento e a favor de determinadas partes da sociedade. Não se enganem, o espetáculo não foi montado por conta das pichações na USP, mas como brinquedo e objeto fácil de ser manipulado. Assim como as reivindicações na USP são, não somente políticas, porém paradigmáticas, o posicionamento das grandes mídias revela muito dos caminhos e processos que vejo se delinear. Não sou a maior partidária de uso de termos como "esquerda" e "direita", mas tenho medo de uma direita conservadora que observe a cada dia mais forte, em São Paulo, no Brasil, e no mundo globalizado. E, como li em algum perfil do Facebook, nada melhor do que um protesto estudantil para despertar o reacionário adormecido em grande parte das pessoas...

Ana Kelson é estudante de Ciências Sociais na PUC SP

GAUCHE NA VIDA

Movimentos brasileiros contra o apartheid de Israel (II)

Frente em Defesa do Povo Palestino-SP

Hoje a principal campanha internacional de solidariedade ao povo palestino e contra qualquer forma de discriminação naquelas terras, a campanha do BDS (boicotes, desinvestimento e sanções), redundou em conquistas importantes em diversas outras partes do mundo, como o rompimento de contratos milionários com empresas que atuam na construção do muro, de assentamentos ilegais ou de outros aparatos que sustentam a segregação na Palestina.

Apesar de esse movimento vir se expandindo em todo o globo, no Brasil algumas ações vão na contramão dessa corrente, como a adesão do país ao TLC (Tratado de Livre Comércio) Mercosul-Israel, e as negociações comerciais bilaterais com a potência ocupante, incluindo a assinatura de acordos militares e de tecnologia bélica. Amplo estudo promovido pela ONG Stop the Wall denuncia que o TLC inclui a venda em território brasileiro de produtos e serviços feitos em assentamentos israelenses ilegais na Cisjordânia, bem como de tecnologias de defesa e segurança, as quais têm sido usadas nos ataques contra os palestinos.

Ainda na contracorrente, a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, passou a abrigar instalações da empresa israelense Elbit Systems, que atua na área de tecnologia militar e é especialista em construção de veículos não tripulados, os quais foram amplamente usados nos ataques aos palestinos de Gaza em final no 2008 e início de 2009. Uma das 12 companhias envolvidas na construção do muro do

apartheid, a Elbit já assinou contratos no Brasil, como com a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e as Forças Armadas. Ademais, a Taurus, instalada também em Porto Alegre, passou a montar o rifle israelense Tavor. Além disso, conceituadas universidades têm firmado acordos de cooperação e intercâmbio com instituições israelenses, sobretudo nos últimos anos. Entre elas, a USP, que fechou nos últimos quatro anos 15 convênios do gênero em diversas áreas. Um deles inclusive com universidade situadas num dos maiores assentamentos ilegais na Cisjordânia.

A organização Stop the Wall alertou, em relatório, que essas iniciativas garantem que as guerras, ocupação e colonização israelenses continuem a gerar lucros. E enfatizou: "Esses laços militares põem em questão o compromisso do governo brasileiro em apoiar os direitos humanos, a paz e a criação de um Estado palestino e parecem contradizer as atuais alianças brasileiras e interesses na região. É preocupante que o Brasil entregue o dinheiro dos impostos dos seus cidadãos às empresas de armamento israelenses. O Brasil não pode conciliar a cumplicidade com as graves violações da lei internacional por parte de Israel e as aspirações a potência mundial emergente, defensora do respeito à lei internacional e aos direitos humanos."

Perante esse cenário, a campanha nacional reivindica que o governo brasileiro e suas instituições, bem como empresas públicas e privadas nacionais e/ou instaladas neste País, imponham embargo militar e econômico a Israel, através do rompimento de acordos, contratos e suspensão na aquisição de produtos e serviços, os quais financiam cotidia-

namente a violação dos direitos humanos do povo palestino e a ocupação de suas terras. Para tanto, a ideia é intensificar as iniciativas em prol do BDS no Brasil.

Além de pressionar o Executivo Federal para que promova sanções e desinvestimentos, outra frente de atuação recomendada, nesse sentido, é por boicotes cultural, acadêmico e a produtos e serviços que financiam a ocupação israelense. No Brasil, a proposta central aos consumidores é que boicotem a Café Três Corações.

Principal indústria do produto no mercado mineiro está nas mãos da empresa israelense Strauss-Elite. Com 18 fábricas espalhadas pelo mundo, sendo nove delas em Israel, essa companhia, segundo denunciado na internet, tem apoiado a colonização e opressão do povo palestino. Em seu site em hebraico, constaria o suporte explícito às forças de ocupação israelenses, inclusive com a cessão de equipamentos de lazer aos militares. Brigadas envolvidas nos ataques à faixa de Gaza em 2008-2009, que resultaram na morte de 1.400 palestinos, incluindo 350 crianças, têm contado com o apoio da Strauss-Levi. Portanto, comprar o Café Três Corações e marcas adquiridas por essa indústria, tais como Fino Grão e Santa Clara, é dar lucro para grupo que investe na matança de palestinos. Na Europa, o boicote a produtos e empresas da Strauss-Elite já pegou. Aqui, o grupo é o vice-líder do segmento, atrás apenas da estadunidense Sara Lee, que também tem investido pesado nesse mercado. O Brasil, que já foi considerado o país do café, está sendo alvo de Israel e dos Estados Unidos.

Como lembra Gattaz no

mesmo artigo, o país, como signatário da Convenção de Genebra, se não por razões humanitárias, em cumprimento à lei internacional não pode se calar diante da opressão e da injustiça. Todavia, enquanto a sociedade civil organizada se manifesta, é o que autoridades, algumas empresas e universidades vêm fazendo, ao negociar com Israel. Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, em maio de 2008, o ativista palestino Mustafá Barghouti destacou que mais terrível do que a situação a que são submetidos os palestinos diariamente é o silêncio internacional. "Chegamos a pensar que o mundo não quer tomar conhecimento de nossa tragédia. Que fechou olhos, boca e orelhas. A desgraça palestina está órfã." A Semana Global contra o Muro do Apartheid é mais uma oportunidade para que se exija do governo brasileiro e dessas instituições que façam diferente.

A Frente em Defesa do Povo Palestino-SP foi formada quando dos ataques israelenses a Gaza em 2008/2009, reúne dezenas de organizações da sociedade civil brasileira. A APROPUC integra este movimento em apoio ao povo palestino. Esta é a parte final do artigo publicado em nossa edição 806.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Estudantes ministram "aula de democracia" para o governador Alckmin

Cerca de 3 mil estudantes participaram no dia 24/11, de uma aula pública de democracia. A mobilização foi motivada pela afirmação feita pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, durante o processo de invasão da Polícia Militar para retirar os 73 estudantes que ocupavam as dependências da reitoria da USP, de que os estudantes precisavam de uma "aula de democracia".

A intenção dos estudantes é denunciar que a estrutura de funcionamento da universidade é antidemocrática, prova disso é que o atual reitor da USP, João Grandino Rodas, foi o terceiro mais votado nas eleições internas da USP, mas mesmo assim, o então governador, José Serra (PSDB), escolheu seu



Na Avenida Paulista a passeata dos estudantes da USP

nome para chefiar a universidade.

Além disso, os estudantes também pretendem denunciar a truculência da ação da Polícia Militar, que durante a desocupação da reitoria prendeu 73 estudantes, liberando-os sob fiança.

Os estudantes decidiram em assembleia, realizada no dia 23/11, pela continuação da greve geral aprovada logo após a entrada da PM na reitoria. A próxima assembleia acontecerá no dia 30/11, às 18h, na Escola de Comunicação e Artes (ECA).

BARBARA MENGARDO

Após denúncias de corrupção, reitor da UNIR renuncia

Estudantes da Universidade Federal da Rondônia (UNIR) decidiram em assembleia, realizada no dia 23/11, pelo fim da ocupação da reitoria da universidade, e pelo fim da greve geral que durou 50 dias. A decisão aconteceu após o reitor, José Januário de Oliveira Amaral, renunciar por acusações de corrupção.

A administração central da UNIR é acusada de não aplicar os recursos do Reuni na universidade, e supostamente desviá-los para a Fundação Riomar onde haveria esquemas de desvios de recursos para partidos políticos. O Ministério Público abriu 16 investigações, inclusive a que acompanha a implantação do hospital universitário, pronto desde 2008, mas fechado até hoje.

REPRESSÃO

A repressão aos estudantes, professores e funcionários foi intensa. Professores foram presos durante manifestações, jornais foram censurados, deputados foram agredidos. Homens encapuzados foram à casa de uma estudante de psicologia para ameaçá-la de morte.

Além disso, um bilhete anônimo foi colocado sob a porta de diversos laboratórios e departamentos com os dizeres: "não adianta cantar vitória antes do tempo. Muita água ainda pode rolar... Segue alguns nomes que podem descer na enchente do rio". A expressão "descer na enchente do rio" é uma referência clara ao hábito de se 'desovar cadáveres' nos rios da região.

Plebiscito pelos 10% do PIB para a educação mobiliza comunidade

O plebiscito sobre os 10% do PIB para a educação pública entra em sua reta final nesta semana, somando milhares de pessoas que foram às urnas votar em todos os estados do Brasil. Na PUC-SP, vários centros acadêmicos e grupos estudantis da universidade realizaram, entre os dias 21 e 25/11, a consulta na universidade.

Foram abertas três urnas por toda a universidade, e coletados cerca de mil votos entre professores, estudantes e funcionários. Até mesmo o reitor da PUC-SP, Dirceu de Mello, participou da votação.



Estudante participa do plebiscito pelos 10% do PIB para educação

A campanha está sendo realizada por diversas organizações desde o começo

do ano, e visa influenciar o debate em torno da aprovação do novo Plano Nacional da Educação (PNE), que deve acontecer ainda este ano no Congresso Nacional.

O PNE define todas as metas para educação para os próximos dez anos. Um dos pontos mais polêmicos é o debate sobre o financiamento para a educação. A proposta do governo federal é que sejam investidos 7% do PIB na área até 2020. Os organizadores do plebiscito acreditam que esse valor é insuficiente para democratizar o acesso à educação.

MARINA DAQUINO

ROLA NA RAMPA

APROPUC e Editora Boitempo realizam debate

Nesta quinta-feira, 1/12, às 19h30, no mezanino do TUCA (Sala Paulo Freite), será realizado o debate "Ocupar o mundo, a crise do capital e as perspectivas do socialismo", organizado pela APROPUC e Editora Boitempo. Para debater foram convidados Francisco de Oliveira, professor da USP; Paul Singer, economista e secretário

nacional da economia solidária do Ministério do Trabalho; Mariana Fix, arquiteta e urbanista e doutora em desenvolvimento econômico; Rui Braga, professor de Sociologia da USP; e Bia Abramides, professora de Serviço Social da PUC-SP, com a mediação de Rosa Maria Vieira, do departamento de Economia da PUC-SP. A iniciativa é de grande

importância pela necessidade de se debater os reflexos da crise, principalmente no Brasil. Após o debate ocorrerá o lançamento do livro *Enigma do Capital*, de David Harvey, e da Revista *Margem esquerda* nº 17. Além disso, a editora Boitempo durante o evento, fará venda de seus livros com descontos de 45% a 50%.

Consad "congela" contratações

O Conselho de Administração (Consad) deliberou em sua última reunião, realizada no dia 23/11, que a PUC-SP não contratará mais nenhum novo funcionário nos meses de dezembro e janeiro. O Secretário Executivo da Fundação São Paulo, João Júlio Farias, justificou a medida afirmando que a universidade não atingiu a receita prevista no orçamento de 2011. A decisão congela qualquer tipo de contratação, seja por substituição, ou aumento de quadro funcional. Durante a reunião decidiu-se também remeter ao Conselho Universitário o orçamento de 2012 da universidade. A decisão não foi unânime, pois o reitor Dirceu de Mello votou no sentido de que o orçamento deveria passar primeiro pelo Consad, indo posteriormente ao Consun. Os representantes da Fundação São Paulo, no entanto, votaram para que o assunto fosse apreciado pelo Consad após decisão do Consun.

Conferência analisa Psicanálise e Cultura

Acontece, nesta quinta-feira, 1/12, das 20h às 22h30, palestra com Bernard Nominé, psiquiatra e psicanalista da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, na França. O debate ocorre no auditório Prof. Emérito Paulo de Barros Carvalho, sala 239, no 2º andar do prédio novo. A atividade é voltada para professores, alunos de graduação e pós-graduação da PUC-SP e organizada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP e o Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho.

Educação em Engenharia é tema de publicação

Nesta terça-feira, 29/11, às 18h30, na Livraria Cortez, será lançado o livro *Educação em engenharia - novas abordagens*, editado pela EDUC, Editora da PUC-SP, com a organização de Luiz Carlos de Campos, Ely Antonio Tadeu Dirani e Ana Lúcia Marinque. O livro aborda a necessidade do novo profissional de engenharia

se adaptar às mudanças globais: "O engenheiro do futuro deverá estar preparado para resolver vários tipos de problemas, para trabalhar com tecnologias que ainda não existem e administrar empresas que estão surgindo a cada momento, além de ter habilidades de comunicação oral e escrita e trabalhar em equipe".

PUC-SP é a 2ª universidade particular do país

Novamente o ranking do MEC, divulgado no dia 17/11, coloca a PUC-SP como a melhor universidade privada do estado de São Paulo, e a segunda do Brasil. A nota da PUC-SP, segundo o reitor Dirceu de Mello, deveu-se mais uma vez à excelência de seu corpo docente, já

que sua infraestrutura é sofrível. A avaliação acontece em um momento em que novamente, os professores da universidade vêm ameaçadas de rebaixamento as suas condições de trabalho e salário através da proposta que está em vias de ser aprovada no Consun.

Evento debate dilemas da comunicação contemporânea

Entre os dias 28/11 e 2/12 acontece o evento *Dilemas da Comunicação Contemporânea* com a presença de Ignácio Castro Rey, professor doutor da Universidade Autônoma de Madri. As atividades serão realizadas na PUC-SP, nos dias 29/11 e 1/12, na sala

239, e na ECA-USP. O evento é organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. A programação completa pode ser encontrada no site www.pucsp.br/po/cos/download/ignacio.pdf.

AFAPUC realiza promoção de natal

A AFAPUC promove, entre os dias 5 e 9/12, a tradicional promoção de vendas de panetones para seus associados. Os preços dos doces variam de R\$ 5,90 a R\$ 61, e podem ser parcelados em duas vezes, com desconto em folha de pagamento. A sede da AFAPUC fica no 7º andar da Fundação São Paulo, e a entidade permanece aberta de segunda à sexta, entre às 8h e às 17h. Para maiores informações ligue no telefone 3670-3391.

Estudante presente nas mobilizações do Egito

O estudante de Direito da PUC-SP, e formado em Relações Internacionais também pela PUC-SP, Aldo Sauda, está desde agosto deste ano na cidade do Cairo, Egito, acompanhando as mobilizações após a queda do ditador Muhammad Mubarak. Aldo vem concedendo diversas entrevistas aos jornais e portais brasileiros, além de contribuir para a revista *Caros Amigos*.